

Artigos de Pesquisa

Os egressos no processo de avaliação da pós-graduação: uma análise comparativa entre Brasil e Espanha

Alumni in the postgraduate evaluation process: a comparative analysis between Brazil and Spain

Thiago Luiz de Oliveira Cabral^{1*} , Fernanda Cristina da Silva² , Enio Snoeijer³ ,
Andressa Sasaki Vasques Pacheco⁴ , Carmen Sánchez Ávila⁵

¹Universidade Federal de Santa Catarina, Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, Florianópolis, SC, Brasil

²Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências da Administração, Programa de Pós-graduação em Administração Universitária, Florianópolis, SC, Brasil

³Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-graduação em Administração, Florianópolis, SC, Brasil

⁴Universidade Federal de Santa Catarina, Departamento de Ciências da Administração, Florianópolis, SC, Brasil

⁵Universidad Politécnica de Madrid, Departamento de Matemática Aplicada a las TIC, Madrid, España

COMO CITAR: CABRAL, T. L. O. et al. Os egressos no processo de avaliação da pós-graduação: uma análise comparativa entre Brasil e Espanha. *Revista IberoAmericana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 20, e19158, 2025. eISSN: 19825587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v20i00.1915801>

Resumo

Este estudo teve como objetivo estabelecer uma análise comparativa entre os processos de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Espanha e o papel dos egressos nessa avaliação. Para tanto, foi elaborada uma pesquisa básica, descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados um questionário aplicado em duas IES espanholas, além de bibliografias e de documentos no que se refere ao processo de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Espanha. Como principais conclusões, destaca-se o fato de que os egressos são considerados em critérios e indicadores da avaliação da pós-graduação em ambos os sistemas educacionais dos países analisados, ainda que haja diferenças sutis na operacionalização da avaliação dos programas de pós-graduação no Brasil e na Espanha.

Palavras-chave: egressos; pós-graduação; avaliação; Brasil; Espanha.

Abstract

This study aimed to establish a comparative analysis of graduate program evaluation processes in Brazil and Spain, focusing on the role of alumni in these evaluations. To achieve this, a basic, descriptive, and qualitative research approach was adopted, utilizing a questionnaire administered at two Spanish higher education institutions, as well as bibliographic sources and official documents related to the graduate evaluation process in both countries. The main findings highlight that alumni are considered in the evaluation criteria and indicators of graduate programs in both educational systems, although there are subtle differences in how these evaluations are operationalized in Brazil and Spain.

Keywords: alumni; postgraduate; assessment; Brazil; Spain.

INTRODUÇÃO

Historicamente, no que se refere ao contexto ocidental, a educação superior teve sua origem na Itália, no final do século XI, com seu epicentro na Universidade de Bolonha, em 1088. Posteriormente, as universidades e as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a assumir um papel importante na criação do espaço de ensino superior europeu (Borges, 2013).

No contexto de expansão do ensino superior na Europa, ocorreu em 1999 a assinatura da Declaração de Bolonha, com o intuito de promover a empregabilidade e a competitividade internacional do sistema europeu de ensino (Leite; Ramos, 2015). Para tanto, essa Declaração trouxe algumas possibilidades aos países signatários, quais foram: adotar um sistema de graus

***Autor correspondente:** thiago.cabral@ufsc.br

Submetido: Março 25, 2024

Revisado: Fevereiro 06, 2025

Aprovado: Março 20, 2025

Fonte de financiamento: nada a declarar.

Conflitos de interesse: Não há conflitos de interesse.

Aprovação do comitê de ética: Não se aplica, pois se trata de estudo em que se busca aprofundamento teórico a partir de situações da prática profissional, contemplando as opiniões dos profissionais e não dos indivíduos. Outrossim, recorre-se à preservação da identidade dos indivíduos e das Instituições participantes.

Disponibilidade de dados: A maior parte dos dados pode ser consultado na internet.

Trabalho realizado na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

que permita comparação; promover um sistema com base em dois ciclos (graduação e pós-graduação); estabelecer um sistema de créditos (*European Credit Transfer (and Accumulation) System – ECTS*), permitindo a mobilidade educacional; garantir a mobilidade internacional permitindo acesso e oportunidades a discentes, docentes, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo; proporcionar a cooperação da avaliação da qualidade na Europa; e fomentar o desenvolvimento curricular e a cooperação interinstitucional (Dias Sobrinho, 2007).

Já no que se refere à educação superior no Brasil, em 1808 foi instituída a primeira escola superior, por D. João VI, no Estado da Bahia, intitulada Escola de Cirurgia e Anatomia (atualmente a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia – UFBA) e, desde então, outras escolas e cursos foram criados (Conceição; Santos, 2021). A primeira universidade foi criada em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro, seguida da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e da Universidade de São Paulo, em 1938 (Führ, 2022), instituições estas precursoras de um processo de expansão universitária no país.

Diante da expansão do ensino superior no mundo, cujos primórdios datam o século XI, os países, a partir dos anos de 1960, passaram a monitorar e a avaliar a ciência (Ghenot et al., 2019), buscando a qualidade do ensino superior. Por meio de sistemas de avaliação, também surgiu como preocupação o acompanhamento dos alunos e sua aprendizagem, tema discutido em uma variedade de estudos que destacam como a avaliação e a aprendizagem podem ser conectadas (Pereira; Flores; Niklasson, 2016).

No Brasil, o processo de criação de universidades ocorreu de maneira tardia se comparado à Europa, por isso a avaliação da educação superior pode ser percebida de duas formas. No nível de graduação, deu-se por meio da criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei n. 10.861/2004 para avaliar os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos estudantes (Brasil, 2004). Com relação à pós-graduação, o governo brasileiro concebeu, em 1951, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundação vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de avaliar, acompanhar, fomentar cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) (Brasil, 2023a).

Entre os quesitos avaliados pela Capes, os egressos, ou alunos formados, tornaram-se um ponto relevante, uma vez que essa Coordenação leva em consideração o “acompanhamento de egressos” no processo avaliativo, entre outros critérios. Essa informação é concedida pelos programas nos relatórios anuais das avaliações quadrienais enviados para a Capes (Cabral et al., 2022). Desse modo, tornou-se necessário manter o contato com os egressos, uma vez que eles fornecem informações importantes para as IES, pois, na qualidade de formados, eles podem avaliar a formação recebida e as oportunidades de crescimento profissional que a instituição oferece (Oliveira, 2021), embora perceba-se que o acompanhamento dos egressos tenha permanecido em atraso nas pautas da gestão universitária das IES brasileiras (Simon; Pacheco, 2017).

Visto que há diferenças históricas, legais e culturais entre o Brasil e os países da Europa, sobretudo os pertencentes ao Tratado de Bolonha, tendo a Espanha como representante, emergiu a seguinte pergunta de pesquisa: Em quais aspectos o processo de avaliação da pós-graduação aplicado no Brasil e na Espanha se assemelha e se distancia? Isso posto, este trabalho tem como objetivo estabelecer uma análise comparativa entre os processos de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Espanha e o papel dos egressos nessa avaliação.

Esta pesquisa se torna relevante, uma vez que não foram encontrados estudos científicos que forneçam tal comparativo. Ademais, entende-se que investigações a respeito do tema “egressos” representam avanços no campo científico, além de ser de interesse das IES, já que as atividades de uma universidade (ensino, pesquisa e extensão) não se encerram com o término da vivência do acadêmico na instituição, situação observada em sistemas avaliativos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo, serão apresentados os tópicos que estruturam o presente artigo e as informações relativas aos sistemas de avaliação do ensino superior, especialmente, em nível

de pós-graduação, aprofundando-se nos casos da avaliação brasileira e espanhola. Discute-se, ainda, os egressos como elemento constante na avaliação da pós-graduação.

Sistemas de avaliação do ensino superior

A avaliação do ensino superior representa uma etapa fundamental na análise da qualidade do ensino oferecido por uma IES, por sistemas de ensino nacionais e por programas de graduação e pós-graduação em várias áreas de conhecimento e em diversas nações (Oliveira et al., 2022). Os sistemas de avaliação do ensino superior são aplicados de maneiras diferentes nos países, cada qual com uma finalidade específica.

Na Europa, segundo Vasconcelos et al. (2012), os ministros da educação do Reino Unido, França, Itália e Alemanha assinaram uma declaração em Paris em 1998 – Declaração da Sorbonne. No ano seguinte, os ministros de 19 países europeus assinaram a Declaração de Bolonha, com o intuito de construir um espaço europeu de educação superior coerente, compatível, atraente e, principalmente, competitivo. O Processo de Bolonha, que representou um marco importante para a reforma das instituições de ensino europeu, teve como objetivo principal a construção de um Espaço Europeu de Ensino Superior que permitisse a internacionalização das IES, facilitasse a mobilidade da comunidade acadêmica (discentes e docentes), promovesse a empregabilidade aos cidadãos europeus e contribuísse com o crescimento econômico e social da Europa (Morgado, 2009).

A partir dessa Declaração, surgiu, em 2010, o Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES), o qual encorajou outras nações a desenvolverem sistemas de ensino superior que garantissem a qualidade dos cursos e sua avaliação. O EEES definiu, ainda, o reconhecimento dos cursos oferecidos em diferentes países europeus, além de garantir a compatibilidade dos sistemas de ensino superior e de permitir a transferência de estudantes dentro do espaço acadêmico (Guerra; Leite, 2022).

No Brasil, o processo avaliativo teve dois momentos distintos, considerando o nível de graduação e de pós-graduação. No que se refere à graduação, teve início, de fato, em 1980, por meio do Grupo Executivo para a Reformulação da Educação Superior (Geres). Porém, o sistema evoluiu com a criação, em 2004, do Sistema Sinaes (Araújo; Oliveira Dias, 2021), formado por três elementos principais: avaliação da IES, avaliação dos cursos de graduação e avaliação do desempenho dos discentes. Como resultado, o Sinaes realiza “[...] a descrição do curso, com suas dificuldades e potencialidades, numa perspectiva histórica, situando-o nos contornos sociais, políticos e econômicos do Estado e do País” (Oliveira; Pietro Zorzi; Piovesan, 2020, p. 3).

Em relação à pós-graduação, a fim de assegurar a qualidade dos estudos pós-graduados no país, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) realiza, entre suas principais funções, a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) (Brasil, 2023b), contemplando os cursos de mestrado e de doutorado, tema central deste artigo e que será aprofundado na sequência.

Avaliação da pós-graduação no Brasil

No que se refere à avaliação da pós-graduação, o governo brasileiro instituiu a Capes, uma fundação que se encontra vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é a “[...] expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado)” (Brasil, 2023c). Os programas de pós-graduação são diferenciados em *lato sensu* e *stricto sensu*: o primeiro trata dos cursos de especialização, incluindo cursos de aperfeiçoamento; já o segundo envolve os cursos de mestrado e de doutorado, os quais são autorizados, reconhecidos e homologados pelo MEC e que devem ser solicitados ao Conselho Nacional de Educação (CNE), com base na avaliação e nas recomendações da Capes (Brasil, 2023c).

Existem dois processos avaliados pela Capes: a entrada, que representa a avaliação de novas propostas de cursos (APCNs); e a permanência dos cursos que já ingressaram, em que a avaliação é periódica. Ambos os processos têm como fundamentos o reconhecimento e a confiabilidade, baseados na qualidade garantida pela análise dos pares e por meio de padrões discutidos, além de serem atualizados pela comunidade acadêmico-científica periodicamente e

alicerçados na transparência, já que todas as decisões, as ações e os resultados são divulgados ao público em geral (Brasil, 2023d).

A avaliação da Capes ocorre, atualmente, de maneira quadrienal por meio da Plataforma Sucupira. Instituída em 30 de maio de 2012, a Plataforma Sucupira tornou-se o meio utilizado pelos PPGs para inserir as informações e atender aos quesitos avaliativos da Capes (Brasil, 2023e), os quais englobam três quesitos principais, conforme utilizados na avaliação quadrienal 2017-2020: Programa, Formação e Impacto na Sociedade e subquesitos de cada um desses quesitos e respectivos pesos na avaliação conduzida pela Capes (Brasil, 2019).

Com base nos quesitos e nos subquesitos, é realizada a avaliação dos PPGs, os quais são classificados com notas que variam de 1 a 7: as notas 1 e 2 representam aquelas que não permitem o credenciamento do curso pela Capes ou o descredenciamento dos cursos antes inseridos no sistema de avaliação; a nota 3 é a mínima necessária para o credenciamento, em que os programas de notas 3, 4 e 5 são intitulados Programas de Apoio à Pós-Graduação (PROAP); já as notas 6 e 7 (notas máximas) indicam excelência internacional, cujos programas são denominados Programas de Excelência Acadêmica (PROEX) (Maccari et al., 2014).

Diferente do Brasil, os sistemas de avaliação na Europa variam de acordo com os objetivos governamentais e as realidades de cada país. Na subseção seguinte, será abordado o sistema de avaliação do ensino superior da Espanha, foco da presente pesquisa.

Avaliação do ensino e da pós-graduação na Espanha

O controle do ensino superior na Espanha tem características distintas de outros países da Área Europeia de Ensino Superior (Ríos, 2015). Na Espanha, o controle do sistema educacional é feito pelo Ministério da Educação, que tem responsabilidades específicas em relação ao sistema de ensino superior do país, juntamente com a participação das administrações regionais. Sob o Ministério da Educação, existe uma Secretaria de Educação (Secretaría de Estado de Educación, Formación Profesional y Universidades) e uma Secretaria-Geral de Universidades (Secretaría General de Universidades).

Cada uma dessas entidades possui seus respectivos dirigentes e responsabilidades específicas em relação às IES. O sistema tem como princípios: a qualidade, a equidade de oportunidades, o mérito, a liberdade de ensino, a cooperação, a eficiência na distribuição de recursos públicos, a transparência e a prestação de contas (Sebastião, 2019).

Santos (2011) destaca que, com a criação do I Plano Nacional de Avaliação da Qualidade das Universidades em 1995, o sistema de ensino superior espanhol começou a usar sistematicamente os procedimentos de garantia da qualidade. Os objetivos incluíam incentivar a avaliação institucional, fornecer metodologias de avaliação que fossem compatíveis com os desenvolvimentos em curso na União Europeia e fornecer informações objetivas para ajudar os organismos relevantes no sentido de tomar decisões.

Já a lei de educação superior da Espanha, conhecida como Ley Orgánica de Universidades – LOU (Espanha, 2001), foi assinada em 2001 pelo rei da Espanha, Juan Carlos I. Essa Lei regula o sistema universitário, passando a utilizar para a legislação a sigla LOU/2001. O II Plano, criado em 2001, impulsionou a criação de agências para realizar a avaliação das IES espanholas por meio da Agência de Avaliação da Qualidade e Acreditação (Aneca). A Aneca foi criada em 19 de julho de 2002 “[...] em conformidade com as disposições da LOU – é uma fundação do Estado que tem como objetivo garantir a qualidade externa do sistema universitário [...]” (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2015, p. 19). A LOU foi alterada em 2007 e tornou-se Ley Orgánica de Universidades Modificada – Lomlou (Espanha, 2007). Recentemente, no primeiro semestre de 2023, uma nova Lei entrou em vigor, trata-se da Ley Orgánica 2/2023 (Espanha, 2023), que, no entanto, não provocou alterações substanciais em relação à avaliação da pós-graduação espanhola.

A Aneca é o órgão responsável pela avaliação, certificação e pela acreditação do sistema universitário espanhol com o objetivo de sua melhoria contínua e de adaptação ao Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) (National Agency for Quality Assessment and Accreditation, 2023). Assim, a Aneca assume a responsabilidade pela garantia da qualidade do ensino, dos

graus universitários, dos cursos, do pessoal docente e das instituições em geral, em conjunto com as Agências das Comunidades Autônomas. Os programas de avaliação da Aneca incluem avaliação de professores, avaliação de títulos e avaliação institucional (Sebastião, 2019).

No que se refere à avaliação da pós-graduação, os trabalhos científicos demonstram que não há distinção entre esse nível e a avaliação realizada no nível de graduação na Espanha. Isso ocorre, principalmente, em função da Declaração de Bolonha (European Higher Education Area, 2023), que, entre outras ações, promoveu a adoção de um sistema de ensino fundamentado em dois ciclos, isto é, graduação e pós-graduação, e o estabelecimento de um sistema de créditos denominado ECTS, o qual permitiu a mobilidade educacional entre os países-membros (hoje totalizam 49 nações) e o reconhecimento dos créditos cursados nas instituições participantes.

Em conjunto com esse processo, formulou-se o Plano Nacional para Avaliação das Universidades (PNECU), cuja implementação ocorreu entre 1995 e 2001 e que apresentava como um dos objetivos principais a promoção da qualidade das universidades na Espanha (Hortale; Mora, 2005). Assim, com base no PNECU, na LOU (2001) e na Aneca (2011), o governo espanhol demonstrou preocupação com a avaliação do ensino superior em todos os níveis (graduação e pós-graduação), com o propósito de garantir a excelência na qualidade do ensino.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com relação à caracterização metodológica, esta pesquisa se classifica como de natureza básica, abordagem qualitativa e objetivo descritivo, uma vez que realizou-se uma investigação detalhada, por meio de interpretação e de análise das informações (Marconi; Lakatos, 2010) e pela descrição das características de uma população ou um fenômeno (Silva, Menezes, 2005). Assim, buscou-se analisar as informações obtidas para compreender o funcionamento da avaliação dos PPGs no Brasil e na Espanha e como os egressos participam desse processo.

A respeito das técnicas de coleta de dados, foram obtidos dados, inicialmente, por intermédio de levantamento bibliográfico e documental (secundários). Para o levantamento bibliográfico na base de dados Google Scholar, foram utilizadas as palavras-chave “Gestão de Egressos”, “Avaliação do Ensino Superior no Brasil”, “Avaliação do Ensino Superior na Espanha”, “Avaliação da Pós-Graduação no Brasil” e “Avaliação da Pós-Graduação na Espanha”, desse modo, chegou-se ao arcabouço teórico abordado neste estudo.

O levantamento documental contemplou documentos governamentais do Brasil e da Espanha no que se refere à avaliação da pós-graduação. No caso do Brasil, recorreu-se à normativa de avaliação da Capes, por meio da qual foi possível acessar as fichas de avaliação dos programas de pós-graduação e os critérios utilizados pela Agência nesse processo. Os documentos disponíveis, somados ao levantamento bibliográfico mencionado, se mostraram suficientes para o alcance dos objetivos deste estudo.

No caso da Espanha, os documentos foram obtidos da Agência Nacional de Avaliação e Acreditação da Qualidade (Aneca) e considerou-se, também, a Ley Orgánica del Sistema Universitario, que regula o sistema universitário espanhol. Diferentemente dos dados levantados a respeito da realidade brasileira, os documentos espanhóis não se mostraram suficientes para o alcance dos objetivos deste estudo. Por outro lado, foram fundamentais para o entendimento de que, naquele país, o processo de avaliação da pós-graduação é realizado de maneira descentralizada e tendo, portanto, variações entre as diferentes comunidades autônomas.

Esse cenário mostrou a necessidade de voltar a campo para a coleta de novos dados que possibilitassem identificar como a avaliação da pós-graduação acontece na prática e quais os critérios utilizados nesse processo na Espanha. Para tanto, foram utilizados dados primários obtidos por meio da aplicação de questionário, que foram respondidos por representantes que atuavam à época da pesquisa no setor responsável pela avaliação e qualidade institucional de duas IES espanholas, localizadas na Comunidade de Madri. De modo a respeitar os termos para a participação na pesquisa, essas Instituições foram anonimizadas na apresentação dos resultados, estando identificadas como IE1 e IE2.

Além disso, registra-se que esta etapa adicional de coleta de dados no contexto espanhol objetivou o aprofundamento de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, sem revelar dados que possam identificar o sujeito, estando, portanto, dispensada de registro e avaliação pelo sistema CEP-Conep, conforme prevê a Resolução n. 510, de 7 de abril de 2016, que dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes.

A aplicação do questionário foi realizada no primeiro semestre de 2021, como atividade pertencente ao estágio de doutoramento sanduíche de um dos autores deste artigo. A síntese das perguntas do questionário estão apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1. Síntese das perguntas do questionário enviado às IES espanholas.

Questão	Texto
1	Qual(is) é(são) a(s) agência(s) que realiza(m) a avaliação dos programas de pós-graduação na Instituição?
2	Comente como é realizada a avaliação em cada nível de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado).
3	Como se mede a qualidade dos programas (conceito, grau, escala, etc.) e onde se podem consultar essas informações?
4	O que pode levar à não renovação do credenciamento da pós-graduação? Quais as consequências disso para a Instituição?
5	Como o resultado da avaliação ajuda na melhoria dos programas?
6	Qual é o papel e impacto dos egressos na avaliação dos programas de pós-graduação?
7	Como os programas de pós-graduação fazem para manter contato com os alunos formados?
8	Quais são os indicadores utilizados para a gestão dos egressos (exemplo: empregabilidade, publicações, aplicação dos resultados de pesquisas, etc.)?

Fonte: Elaborado pelos autores deste artigo.

Os dados obtidos foram analisados por meio da análise interpretativista, que, segundo Triviños (2012), trata da triangulação entre os dados obtidos, a fundamentação teórica e a experiência dos investigadores, o que resultou na compreensão do objetivo proposto nesta investigação, qual seja, a análise comparativa entre os processos de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Espanha e o papel dos egressos nessa avaliação. Na sequência, são apresentados os resultados e as discussões com base no arcabouço teórico.

Como delimitação, faz sentido mencionar que os dados analisados refletem o processo da Comunidade Autônoma de Madrid, a qual concentra, segundo dados do Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades da Espanha, cerca de 20% das universidades do país. Ainda que a avaliação da pós-graduação em universidades espanholas siga a mesma legislação nas diferentes comunidades autônomas, estima-se que estudos envolvendo um contexto mais amplo do país podem chegar a resultados complementares aos que foram alcançados neste estudo, os quais serão apresentados na sequência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, é fundamental destacar que se entende por “egresso” o estudante efetivamente formado (Cabral, 2021). A gestão de egressos é um tema de interesse dos gestores das IES, pois é por intermédio dos egressos (internacionalmente conhecidos como *alumni*) que os cursos são avaliados de maneira imparcial (ao contrário dos alunos que estão regularmente matriculados nos cursos), o que possibilita fornecer um *feedback* do processo de aprendizagem e da qualidade de formação ofertada pela Instituição (Oliveira, 2021).

As trocas entre a formação teórica oferecida e as experiências práticas vividas compõem a relação entre a IES e seus egressos, muito embora seja difícil manter contato com ex-alunos após a conclusão do curso. Essas informações repercutem, inclusive, nas agências avaliadoras das universidades, assim como acontece no Brasil por meio da Brasil (2023b). Desse modo, considera-se a relevância de pesquisas sobre egressos para que gestores institucionais compreendam a importância do acompanhamento, independentemente do nível de formação, uma vez que o compromisso das universidades não se encerra com a formação (Cabral et al., 2022). Ainda segundo Cabral et al. (2022), além de representar um elo entre a universidade e a sociedade, os egressos são para as instituições um elemento permanente do resultado de um processo de mudanças pessoais e sociais.

Em um estudo a respeito da proposição de diretrizes para a gestão do relacionamento com os egressos de um Programa de Pós-Graduação em Administração no Brasil, Cabral et al. (2022, p. 160) verificaram que a Capes, fundação que realiza a avaliação dos PPGs no Brasil, aponta a relevância dos egressos no processo avaliativo.

As informações solicitadas pela Capes nos acompanhamentos anuais permitem identificar uma preocupação por parte do órgão avaliador com incoerências entre as propostas dos programas de pós-graduação e as competências que se pretende desenvolver nos egressos. Também fica claro que os programas devem dispor de um currículo que esteja embasado no perfil do egresso que se almeja, contemplando os conteúdos necessários para a formação na área de concentração do programa. Percebe-se, ainda, que a Capes busca identificar nas informações disponibilizadas pelos programas a contrapartida dos egressos para com a sociedade, com o avanço da ciência e com os programas de pós-graduação (Cabral et al., 2022, p. 160).

Inclusive na ficha de avaliação da Capes proposta para o quadriênio 2017-2020, os egressos são avaliados por intermédio dos subquestitos: 2.1, intitulado “Qualidade da produção de discentes e egressos” (produção intelectual, relacionados aos discentes e/ou egressos e/ou outros que a área julgar necessário); 2.3, que trata do “Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida; e 3.2, denominado “Destino, atuação e avaliação dos egressos do programa em relação à formação recebida” (Brasil, 2019). Assim, percebe-se que o governo brasileiro considera o egresso como sujeito relevante na qualidade da pós-graduação do país.

De maneira global, conforme cita Romero (2004, p. 319, tradução nossa), “[...] entre todos os coletivos que se solicita informação para se proceder a avaliação dos distintos aspectos dos programas, o mais citado na literatura é, sem dúvida alguma, o egresso”.

Já no contexto espanhol, ao verificar a(s) agência(s) que realiza(m) a avaliação dos PPGs na instituição, tanto a IE1 quanto a IE2 informaram se tratar da mesma agência, sendo esta a agência designada para a avaliação do sistema universitário da Comunidade de Madri (Ríos, 2015). Enquanto isso, no que se refere à realidade brasileira, há apenas uma entidade responsável pela avaliação em todo o território nacional, a qual contempla diferentes áreas que efetuem a avaliação dos programas.

Com relação ao processo de como ocorre a avaliação em cada nível de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), identificou-se a partir dos questionários respondidos que, de acordo com a legislação vigente, os cursos de mestrado e de doutorado precisam renovar seu credenciamento em quatro anos para mestrado e até seis anos para doutorado, a partir da data de sua verificação pelo Conselho de Universidades ou da data de seu último credenciamento. Além disso, para manter a sua acreditação como títulos oficiais, os títulos devem obter um relatório de acreditação favorável, conforme prevê o procedimento estabelecido no Real Decreto n. 1.393/2007, que regula a organização dos ensinos oficiais, alterado pelo RD n. 861/2010.

Nesse sentido, observa-se que o horizonte temporal relativo à avaliação dos cursos de pós-graduação é semelhante ao realizado no Brasil, que, no entanto, adota uma avaliação quadrienal para ambos os níveis (mestrado e doutorado). Quanto ao processo de renovação e de acreditação de títulos e programas oficiais, este se encontra organizado em três fases:

informe de autoavaliação (IA), em que a universidade descreve e avalia a situação do título ou programa de doutorado em relação aos critérios e diretrizes estabelecidos; visita externa, em que um grupo de avaliadores externos analisa o relatório de autoavaliação juntamente a toda a informação disponível e visita ao(s) centro(s) no(s) qual(is) o título é ministrado para comparar a informação recolhida, realizar diferentes audiências com os principais grupos de interesse, visita às instalações e emissão de parecer fundamentado sobre os critérios e orientações de avaliação (resulta no Informe de Visita Externa – IVE); e avaliação final, quando a Comissão de Avaliação e Credenciamento da Fundação avalia o IA e o IVE para emitir um parecer favorável ou indicar os aspetos que devem necessariamente ser modificados para obter um parecer favorável. A universidade poderá recorrer da decisão, quando então o Comitê emitirá um Informe Final (IF). Além disso, foi possível identificar que a avaliação ocorre por meio de diferentes processos: verificação, monitoramento e renovação da acreditação.

Em relação às fases da avaliação, nota-se que a visitação por parte do grupo de avaliadores à infraestrutura utilizada pelo curso é prevista, no cenário da avaliação espanhola, como uma espécie de averiguação daquilo que fora descrito na fase de autoavaliação. Já na avaliação empreendida pela Capes, o mesmo não ocorre, já que se baseia nas informações registradas pelos programas de pós-graduação na Plataforma Sucupira (Brasil, 2023e).

Sobre a possibilidade de mensurar a qualidade dos PPGs e onde é possível consultar essas informações, a IE1 informou que o processo de avaliação encontra-se fundamentado em três elementos principais: gestão, recursos e resultados. Esses elementos são compostos de critérios e diretrizes, os quais permitem apresentar os aspectos que serão levados em consideração ao avaliar a condição de um curso ou programa que, por fim, é possível receber relatório favorável à renovação de sua acreditação. Ainda, IE1 comentou que cada critério de acreditação é mensurado em quatro níveis: superado com excelência (excede os requisitos básicos); atingido (atinge os critérios completamente); atingido parcialmente (alcança critérios mínimos, porém alguns aspectos precisam ser melhorados); ou não atingido (não alcança critérios mínimos).

Por sua vez, a IE2 informou sucintamente que a mensuração dos PPGs ocorre por meio de indicadores e de análises de acordo com o Processo de Bolonha. Tal divisão do processo avaliativo em critérios e em níveis de mensuração é similar ao aplicado pela Capes junto aos programas de pós-graduação brasileiros. A sistemática, em relação aos quesitos e itens, de forma geral, também é similar, passando pela estrutura, planejamento, recursos materiais e humanos; qualidade da formação e da produção; e pelos resultados e impactos gerados pela formação (Brasil, 2019). No entanto, ressalta-se que o resultado da avaliação da Capes atribui notas aos programas de pós-graduação, enquanto no sistema espanhol o que se avalia são, efetivamente, os cursos. Nota-se, ainda, que, no caso espanhol, ao que parece, se dá mais relevância ao resultado do processo (reconhecimento ou não reconhecimento).

A respeito do que pode causar a não renovação do credenciamento de pós-graduação e quais as consequências disso à Instituição, identificou-se que, na realidade espanhola, o resultado desfavorável da avaliação ocorre quando quatro critérios recebem nota D (desfavorável). Nesse sentido, a IE1 informou que, caso o Relatório Provisório seja desfavorável, apresentará “aspectos que devem necessariamente ser modificados para se obter um parecer favorável”. Nesse caso, a universidade deve apresentar, dentro do prazo indicado, um documento contendo um Plano de Melhorias. Encerrado o prazo para apresentação de alegações e/ou Plano de Melhorias, caberá à Comissão Plena de Avaliação e Credenciamento o exame dos referidos documentos e a emissão dos relatórios finais de renovação do credenciamento. No caso de se manter um parecer desfavorável e que tenha sido apresentado um Plano de Melhorias viável, passa-se por acompanhamento especial do título. Recebido o relatório final, o Conselho de Universidades ditará a resolução correspondente. Se a resolução for desfavorável, o plano de estudos será declarado encerrado, devendo a universidade tomar as providências cabíveis para garantir os direitos acadêmicos dos alunos que cursam o referido grau. Por fim, a não renovação gera a descontinuidade do título.

Verifica-se uma semelhança em relação aos programas brasileiros no que se refere ao fluxo processual, ainda que haja diferenças referentes à nomenclatura apresentada no contexto

espanhol. No Brasil, o não credenciamento está atrelado à obtenção das notas “1” e “2” pela Capes, como destacado por Maccari et al. (2014), o que seria, comparado à realidade do sistema espanhol, a atribuição do conceito desfavorável. Em ambos os casos, há prazo para interpor recurso em relação ao parecer e, persistindo o entendimento desfavorável ao credenciamento, os títulos deixam de ser reconhecidos.

Quanto à verificação de como o resultado da avaliação auxilia no aprimoramento dos programas, os dados analisados indicam que, quando prescrições ou recomendações são incluídas no Relatório Final da avaliação, o programa obtém informações relevantes para projetar melhorias. O próprio processo de elaboração do relatório de autoavaliação ajuda a conhecer os pontos fortes e fracos do programa e estimula a identificação de oportunidades de melhoria. Nesse sentido, a IE2 apontou que o resultado é uma melhoria contínua da titulação ofertada pela instituição. A respeito desse aspecto, observou-se, ainda, que o processo avaliativo do sistema universitário espanhol demonstra elementos favoráveis em relação ao objetivo de sua criação, à melhoria contínua do sistema universitário e à adaptação ao Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) (National Agency for Quality Assessment and Accreditation, 2023).

No que se refere especificamente aos estudantes formados (Cabral, 2021) ou “egressos”, procurou-se investigar qual o papel e o impacto dos egressos na avaliação dos programas de pós-graduação. Nesse sentido, identificou-se que, na realidade espanhola, durante a visita externa, o painel de especialistas realiza uma audiência com a representação dos egressos do programa, em que eles têm a oportunidade de expressar sua opinião. Assim, os egressos contribuem indicando os pontos fracos e as melhorias necessárias aos PPGs. Diante do exposto, nota-se a relevância da participação dos egressos no processo de avaliação dos cursos também no âmbito da pós-graduação espanhola, em conformidade com o que foi destacado por Romero (2004). Ressalta-se que os egressos também são elementos fundamentais nas avaliações dos programas brasileiros de pós-graduação, e que, de fato, entende-se que os estudantes formados podem avaliar o impacto da formação recebida e propor melhorias relativas tanto à infraestrutura da IES quanto ao processo formativo como um todo (Cabral et al., 2022).

Com o intuito de se identificar quais as plataformas e mecanismos utilizados pelas instituições espanholas para a manutenção do contato com seus egressos, a IE1 respondeu que cada programa implementa estratégias diferentes. Uma das ações mais comuns é contatar os graduados para realizar estudos de satisfação e de colocação profissional. Já a IE2 informou que esse contato ocorre por intermédio do correio eletrônico. Consta-se que os mecanismos utilizados pelas instituições espanholas e brasileiras são próprios das estratégias adotadas por cada programa ou curso, porém, estão alinhadas às informações que os programas precisam acompanhar e dispor para fins de credenciamento.

Por fim, no que tange aos indicadores utilizados pelos PPGs para a gestão dos egressos, os indicadores diferem, dependendo se é um programa de mestrado ou de doutorado. No caso do mestrado, o foco está, sobretudo, na satisfação e na empregabilidade. Já no caso do doutorado, o impacto da pesquisa também é analisado em termos de publicações, patentes, transferência para a indústria, entre outros. São utilizados diferentes indicadores, como: taxa de abandono; taxa de graduação (doutorado); taxa de mobilidade; número de teses; percentual de teses em tempo parcial; percentual de teses defendidas no formato “Publicações”; percentual de teses defendidas com menção “internacional”; percentual de teses defendidas com qualificação “*cum laude*”; percentual de teses defendidas sob supervisão conjunta internacional; percentual de teses defendidas com menção “Industrial”; contribuições científicas resultantes da tese; satisfação dos doutorandos com o Programa de Doutorado; satisfação dos graduados com o Programa de Doutorado; satisfação com mobilidade; e taxa de inserção laboral. Além disso, são considerados indicadores de oferta e de demanda.

Verificou-se, nesse sentido, que a pós-graduação espanhola e brasileira se baseiam em indicadores atrelados à gestão de egressos para assegurar a qualidade dos cursos oferecidos, com uma ressalva de que, na sistemática brasileira, programas de mestrado e de doutorado são avaliados com base nos mesmos itens, alterando-se apenas o peso dos itens em relação

à modalidade (se acadêmica ou profissional) (Brasil, 2019). Embora a nomenclatura apresente algumas distinções, a essência do que se propõe é a mesma, ou seja, baseia-se na busca de dados referentes à repercussão da formação dos estudantes, mormente via monitoramento de egressos, para se evidenciar o impacto da formação (Cabral, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo estabelecer uma análise comparativa entre os processos de avaliação da pós-graduação no Brasil e na Espanha e o papel dos egressos nessa avaliação. Para tanto, desenvolveu-se uma pesquisa básica, descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando como técnica de coleta de dados um questionário aplicado junto à IES espanholas, além de bibliografias e de documentos no que se refere ao processo de avaliação dos PPGs brasileiros.

Como principal diferença entre o modelo avaliativo da Espanha e do Brasil, observou-se que, no caso do Brasil, a avaliação é realizada de maneira centralizada pela Capes, ao passo que, na Espanha, ainda que exista uma Agência Nacional responsável pelo processo de avaliação das IES, esta conta com agências locais das Comunidades Autônomas que realizam as avaliações. Além disso, é importante destacar o fato de que, no Brasil, a avaliação é conduzida por órgãos distintos entre os níveis de ensino da graduação e da pós-graduação. Já na Espanha, em função do sistema de ensino instituído nos países signatários do Tratado de Bolonha, não há uma separação em relação à avaliação desses níveis, realizando-se pelas agências responsáveis, de acordo com a Comunidade Autônoma inserida.

De forma geral, notou-se que, no sistema universitário de ambos os países, o horizonte temporal; o fluxo processual; os critérios, os níveis, os quesitos de avaliação; e os resultados são semelhantes. Por fim, ressalta-se que, ainda que haja diferenças no processo de avaliação, a contemplação de critérios e de indicadores relacionados aos egressos está presente nos sistemas de ambos os países, sugerindo a importância desta temática para a avaliação da qualidade dos cursos de pós-graduação ofertados, tanto no Brasil quanto na Espanha.

Para estudos futuros, sugere-se aprofundar a análise a respeito da avaliação no contexto europeu e examinar, em documentação específica, os pesos relativos aos critérios de avaliação atinentes aos egressos no sistema universitário espanhol.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Secretaria de Estado de Educação de Santa Catarina pelo apoio no desenvolvimento desta pesquisa, por meio do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina, pertencente ao Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior. Nossos agradecimentos à Universidad Politécnica de Madrid, pela acolhida durante o período de realização de doutoramento sanduíche de autores deste estudo. Por fim, agradecemos ao Instituto de Pesquisas e Estudos em Administração Universitária, ambiente em que esta e outras pesquisas relevantes à gestão universitária são desenvolvidas.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, C. R. F.; OLIVEIRA DIAS, M. Políticas de avaliação e padrões de qualidade da educação superior no Brasil. **International Journal of Developmental Research**, São Paulo, v. 11, n. 11, p. 52284-52293, 2021. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/pol%C3%ADticas-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-e-pad%C3%B5es-de-qualidade-da-educac%C3%A7%C3%A3o-superior-no-brasil>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- BORGES, M. C. A. Reforma da universidade no contexto da integração europeia: o processo de Bolonha e seus desdobramentos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 122, p. 67-80, 2013. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0101-73302013000100004>.
- BRASIL. Ministério da Educação. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes e dá outras providências. Brasília, DF: INEP, 2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/10.861.htm. Acesso em: 5 ago. 2023.
- BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Ficha de avaliação**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/10062019-fichaavaliacao-pdf>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Sobre a CAPES**. 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Sobre a avaliação**. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/avaliacao-o-que-e/sobre-a-avaliacao-conceitos-processos-e-normas/conceito-avaliacao>. Acesso em: 11 ago. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **História e missão**. 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/historia-e-missao>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Competências**. 2023d. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/competencias>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BRASIL. Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. **Plataforma Sucupira**. 2023e. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

CABRAL, T. L. O. *et al.* Alumni management: guidelines for a postgraduate program. **Revista Alcance**, Itajaí, v. 29, n. 2, p. 156-172, 2022. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PCAD1175-T.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CABRAL, T. L. O. **Gestão de egressos da pós-graduação stricto sensu: concepção de um modelo para programas de administração**. 2021. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://bu.ufsc.br/teses/PCAD1175-T.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2023.

CONCEIÇÃO, J. T.; SANTOS, L. D. “A Universidade que Espere!”: proposta para o Ensino Superior nos Discursos de Intelectuais da Geração 1870. **Revista Brasileira de História de Educação**, Campinas, v. 21, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/G4KDzGjdm45Lh5cyCf4xG4m/?lang=pt>. Acesso em: 12 ago. 2023.

DIAS SOBRINHO, J. Processo de Bolonha. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, v. 9, p. 107-132, 2007. DOI: <http://doi.org/10.20396/etd.v9in.esp..730>.

ESPAÑA. **Ley Orgánica de Universidades Modificada**. Madrid: Official Government Publication, 2007.

ESPAÑA. **Ley Orgánica de Universidades**. Madrid: Official Government Publication, 2001.

ESPAÑA. **Ley Orgánica n. 2/2023 del Sistema Universitario**. Madrid, Spain: Jefatura del Estado, 2023. Disponível em: <https://www.boe.es/eli/es/lo/2023/03/22/2/con>. Acesso em: 14 mar. 2024.

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA – EHEA. 2023. Disponível em: <https://www.ehea.info/>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FÜHR, J. J. A universidade brasileira: concepções de educação superior. **Revista Educação em Páginas**, Curitiba, v. 1, e11517, 2022. DOI: <http://doi.org/10.22481/redupa.v1.11517>.

GHENO, E. M. *et al.* Sistema de avaliação da CAPES: indicadores e procedimentos de monitoramento e avaliação de desempenho. **Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 184-213, 2019. DOI: <http://doi.org/10.19132/1808-5245253.184-213>.

GUERRA, M. G. V.; LEITE, C. Estudo descritivo sobre o sistema de avaliação de cursos de educação superior em Portugal. **Avaliação**, Campinas, v. 27, n. 2, p. 347-365, 2022. <http://doi.org/10.1590/s1414-40772022000200008>.

HORTALE, V. A.; MORA, J. G. As experiências da Espanha e Brasil na implementação de sistemas de avaliação de qualidade da educação superior. **Avaliação**, Campinas, v. 10, p. 9-25, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1313>. Acesso em: 11 ago. 2023.

LEITE, C.; RAMOS, K. Reconfigurações da docência universitária: um olhar focado no Processo de Bolonha. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 57, n. 57, p. 33-47, 2015. DOI: <http://doi.org/10.1590/0101-4360.42038>.

MACCARI, E. A. *et al.* Proposta de um modelo de gestão de programas de pós-graduação na área de Administração a partir dos sistemas de avaliação do Brasil (CAPES) e dos Estados Unidos (AACSB). **Revista de Administração**, São Paulo, v. 49, n. 2, p. 369-383, 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rausp/article/view/86392/89066>. Acesso em: 8 ago. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MORGADO, J. C. Processo de Bolonha e ensino superior num mundo globalizado. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 37-62, 2009. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0101-73302009000100003>.

NATIONAL AGENCY FOR QUALITY ASSESSMENT AND ACCREDITATION – ANECA. 2023. Disponível em: <https://www.aneca.es/en/web/guest/home>. Acesso em: 9 ago. 2023.

OLIVEIRA, S. R. Estudos sobre acompanhamento de egressos em Instituições de Ensino Superior. **Revista de Casos e Consultoria**, Natal, v. 12, n. 1, e26052, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/casoseconsultoria/article/view/26052>. Acesso em: 14 ago. 2023.

OLIVEIRA, B. L. C. A. *et al.* Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes e a qualidade do ensino superior em saúde brasileiro. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 30, e3585, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlae/a/Wfk6LvXkMTx5PSvBkp7YtBP/>. Acesso em: 12 ago. 2023.

- OLIVEIRA, F. N. G.; PIETRO ZORZI, B.; PIOVESAN, J. B. Considerações acerca da regulação e supervisão do ensino superior no Brasil. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 52, p. 10.754, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10754>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- PEREIRA, D.; FLORES, A.; NIKLASSON, L. Assessment revisited: a review of research in Assessment and Evaluation in Higher Education. **Assessment & Evaluation in Higher Education**, Abingdon, v. 41, n. 7, p. 1008-1032, 2016. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/45343/1/Pereira%2C%20Flores%20e%20Niklasson.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- RÍOS, C. Quality assurance in higher education in spain: an overview of the accreditation system. **International Research and Review**, Vadodara, v. 5, n. 1, p. 25-45, 2015. Disponível em: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1148966.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- ROMERO, M. A. L. La evaluación de los estudios de postgrado de la Universidad de Sevilla. **Review of Education**, Hoboken, n. 334, p. 315-345, 2004. Disponível em: <https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:1acf687f-2347-4f9f-8e42-11eaf39f2fa0/re33418-pdf.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.
- SANTOS, J. M. C. T. Exame Nacional do Ensino Médio: entre a regulação da qualidade do Ensino Médio e o vestibular. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 40, n. 40, p. 195-205, 2011. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0104-40602011000200013>.
- SEBASTIÃO, I. C. M. **Para uma avaliação das instituições de ensino superior em Angola**: análise da situação em três países. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38593>. Acesso em: 12 ago. 2023.
- SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia de pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em: https://tccbiblio.paginas.ufsc.br/files/2010/09/024_Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes1.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.
- SIMON, L. W.; PACHECO, A. S. V. Ações de acompanhamento de egressos: um estudo das universidades públicas do sul do Brasil. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, Londrina, v. 3, n. 2, p. 94-113, 2017. <http://doi.org/10.18256/2447-3944.2017.v3i2.2023>.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012.
- UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Projeto CNE/ UNESCO 914BRZ1144.3 “Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior”**. Paris, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26231-produto2-estudo-sistemas-processos-avaliacao-paises-selecionados-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 9 ago. 2023.
- VASCONCELOS, N. V. C. *et al.* Análise comparativa da avaliação no Ensino Superior: uma visão do Processo de Bolonha e do Sistema de Avaliação americano. **Revista HOLOS**, Natal, v. 3, p. 143-158, 2012. DOI: <http://doi.org/10.15628/holos.2012.755>. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/755>. Acesso em: 11: ago. 2023.

Contribuições dos autores

TLOC: Conceitualização; metodologia, gerenciamento, coleta e análise dos dados; administração do projeto; escrita; revisão. FCS: Conceitualização; metodologia; análise de dados; revisão. ES: Metodologia; análise e preparação visual dos dados; escrita. ASVP: Conceitualização; metodologia; administração do projeto; revisão. CSA: administração do projeto e revisão.

Editor: Prof. Dr. José Luís Bizelli

Editores Adjuntos Executivos: Profa. Dra. Flavia Maria Uehara